

Governo Temer conseguirá aprovar medidas para recuperar economia do Brasil

Economista Gustavo Loyola acredita que novo governo conseguirá

aprovar teto para os gastos públicos e reforma da Previdência

Não dá para esperar um milagre, mas há motivos suficientes para ficar otimista. Essa é a previsão do economista Gustavo Loyola para a economia brasileira nos meses finais de 2016 e em 2017. Ex-presidente do Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso, Loyola falou nesta quarta-feira, 14 de setembro, na primeira edição dos “Encontros Seinesp – Ideias & Fatos”.

“Acredito que o governo Temer será capaz de minimamente trazer algumas medidas que colocarão a economia no rumo certo, principalmente na questão fiscal, além de melhorar o ambiente regulatório, o que pode atrair investimentos para segmentos importantes, principalmente de infraestrutura. Isso vai melhorar o humor do mercado, das famílias e dos empresários”, afirmou.

Uma expectativa que, segundo Loyola, fundamenta-se no cenário político que se desenhou com a posse definitiva de Temer. O primeiro pressuposto é de que o relacionamento entre o Executivo e o Congresso deve melhorar, retomando ao padrão típico do “presidencialismo de coalizão”. A segunda hipótese diz respeito à mudança da visão de mundo da equipe econômica, que tem um viés mais pró-mercado, mais liberal.

O que não se deve esperar, contudo, são as reformas mais complexas. “É um governo que não foi eleito diretamente pelas urnas. A legitimidade dele é relativamente baixa, tem baixo grau de aprovação da sociedade. Não há uma liderança forte, necessária quando se trata de reformas mais complexas. Mas o mais urgente será feito”, disse Loyola.

Mercado já mostra sinais de melhora

Segundo Loyola, os primeiros sinais da melhora de humor do mercado já podem ser percebidos. A curva que mostra o índice de confiança do consumidor e do empresário, apesar de ainda estar abaixo da média, já dá sinais bem claros de recuperação. A produção industrial começa a melhorar, com crescimentos perceptíveis nas indústrias de bens de capital e da construção civil.

Cenário que tem feito com que os analistas revisem o PIB para melhor, com a retomada moderada do crescimento em 2017 e 2018. Enquanto em 2016 o índice ainda deve ficar negativo em 3,1%, em 2017 deve crescer 1,5 e chegar a 2,7 em 2018. “A atividade econômica mostra sinais de que batemos no fundo do poço e que agora começamos a iniciar um processo de crescimento. Rever o PIB para cima é

coisa que não era feita há algum tempo. Mas isso, é importante ter em mente, não significa que a economia vai decolar numa velocidade supersônica”, ponderou o ex-presidente do BC.

Aliás, ao contrário de crises anteriores, em que a retomada do crescimento se dava rapidamente, desta vez a recuperação será lenta por uma série de razões, segundo Loyola. A primeira delas é a complexidade do quadro fiscal: mesmo com o corte de gastos, o superávit primário só deve acontecer em 2023. O segundo limitante é o cenário internacional, que mostra um crescimento menor. Soma-se a isso o endividamento das famílias e das empresas, o que limita o consumo e o investimento — ainda mais ao se levar em conta que as concessões de crédito caíram e a recuperação a partir do ano que vem será ainda incipiente.

Por fim, a situação do mercado de trabalho ainda é delicada: a previsão é de que a taxa de desemprego siga crescendo e seja maior em 2017 do que neste ano. Ao mesmo tempo, os salários reais devem continuar em queda no próximo ano, na lógica já corrente da troca de funcionários por outros mais baratos. “O salário de ingresso é menor do que o de desligamento. As empresas giram a mão de obra para reduzir gastos. E isso ainda vai acontecer até meados do ano que vem”, explica o economista.

A boa notícia em curto prazo é a queda da inflação. Depois de fechar 2015 em 13,4%, muito acima do teto, deve baixar a 7,4% neste ano e cair progressivamente nos próximos para a casa dos 5%. Provavelmente, a partir de 2018 ficará em torno da meta de 4,5%. Com a inflação sob controle, será possível diminuir a taxa de juros, o que ajuda a retomada do crédito e, conseqüentemente, a recuperação da economia.

Isso tudo, claro, desde que o governo consiga aprovar as medidas de ajuste. Sem estabelecer um teto para os gastos públicos e sem o encaminhamento da reforma da Previdência para aprovação no início de 2017, tudo pode ser posto água abaixo, concluiu Loyola.

“Não há dúvida de que estamos melhor agora do que estávamos há seis meses, com expectativa de crescimento moderado já a partir do último trimestre deste ano. Para que isso se mantenha, no entanto, o Congresso precisa pensar mais no país e menos nos interesses corporativos. Mesmo que os ajustes prejudiquem alguns segmentos específicos em curto prazo, é preciso renunciar um pouco a esses privilégios. Fazer um ajuste sem aumento de imposto significa cortar gastos. Não tem outro jeito.”